



PROPOSTA PARA A GESTÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFV-CRP



A Universidade Federal de Viçosa (UFV) define como valores: ética, transparência, responsabilidade, legalidade, excelência, comprometimento social, igualdade, cidadania, e respeito às diversidades. Além disso, entre os 21 objetivos institucionais que englobam ensino, pesquisa, extensão e gestão descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), 6 estão diretamente ligados às medidas de suporte à permanência e à conclusão dos cursos ofertados na instituição. Ademais, a UFV conta com estruturas institucionais como pró-reitora, diretoria, divisões e setores voltados aos Assuntos Comunitários. No entanto, não há formalizado uma estrutura institucional específica que reúna as atividades de levantamento de demandas, implementação, acompanhamento e avaliação de ações afirmativas. Neste contexto, este relatório técnico apresenta a proposta de criação do Serviço de Ações Afirmativas e Diversidade na estrutura organizacional do Campus UFV-Rio Paranaíba.

Instituição Público Alvo Situação-problema Objetivo

02. Diagnóstico

03. Recomendações de intervenção

04. Ficha técnica

Elaboração Referências

INSTITUIÇÃO

Este Relatório Técnico foi elaborado como sugestão aos gestores da Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba (UFV-CRP). A instituição foi criada em 2006, como resultado da expansão da educação superior brasileira, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que proporcionou a criação de novos campi de universidades federais.

Localizado no Alto Paranaíba Mineiro, o campus que tem aproximadamente dois mil estudantes oferece, anualmente, cerca de quinhentas vagas, distribuídas em seus dez cursos de graduação e três programas de pós-graduação.

PÚBLICO ALVO

A proposta envolve discentes, servidores e setores da UFV-CRP. Especificamente, beneficia os discentes alvo de ações afirmativas existes, ou que demandem a implementação de novas ações afirmativas, além dos demais membros da comunidade acadêmica.



SITUAÇÃO PROBLEMA

A relevância da assistência estudantil na UFV é reconhecida por toda comunidade acadêmica. Entre as metas estabelecidas no PDI-UFV 2018-2023, no Objetivo Institucional nº 12 de "aprimorar a política de assistência estudantil para a permanência dos estudantes de graduação na UFV" está regimentar os setores relacionados à assistência estudantil e comunitária, desenvolver mecanismos de avaliação dos impactos da assistência estudantil e implementar mecanismos de acompanhamento dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

A proposta de estruturação de um setor para a identificação de demandas, implementação, acompanhamento e avalição de ações afirmativas está alinha ao cumprimento do Objetivo Institucional nº 12 da UFV. As ações afirmativas, enquanto instrumento de inclusão social, constituem medidas especiais e temporárias que favorecem os grupos vulneráveis. Como políticas compensatórias, que assegurem a diversidade e a pluralidade social, constituem medidas concretas para viabilizar o direito à igualdade respeitando-se a diferença e a diversidade (PIOVESAN, 2005). Além disso, os resultados apresentados

Assim, definir atividades e atribuir responsabilidades por meio da operacionalização de um setor contribui para reconhecer, divulgar e ampliar o desempenho institucional frente as ações afirmativas. Uma estrutura administrativa adequada permitirá mensurar as ações afirmativas e criar indicadores importantes para a tomada de decisão e gestão do campus.

Ademais, caso seja positiva a experiência na UFV-CRP, a proposta poderá ser replicada aos demais *campi*.

OBJETIVOS

A execução da proposta deste relatório técnico objetiva:

- (i) implementar uma estrutura administrativa para a gestão das ações afirmativas na UFV-CRP;
- (ii) definir as atribuições relacionadas à gestão das ações afirmativas na UFV-CRP.



02 DIAGNÓSTICO

As ações afirmativas de reserva de vagas no ensino superior ampliam as oportunidades de acesso para as parcelas da população historicamente desfavorecidas, ao mesmo tempo em que impõe a necessidade de que as instituições ofereçam, além da oportunidade de acesso e de um ensino de qualidade, condições de permanência e conclusão dos estudos para esse público. A reserva de vagas no ensino superior precisa ser acompanhada por medidas de suporte ao estudante, para garantir a permanência e a conclusão do curso (BRAZ et al., 2019; PAULA, 2017; SANTOS, 2012).

Identificou-se na UFV-CRP que somados os percentuais de estudantes com renda familiar de "até 1 salário mínimo" e "entre 1 e 3 salários mínimos" temos a maioria absoluta (54,6%) de estudantes ingressantes na universidade por meio do SiSU.

Os resultados estão alinhados à Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior, publicada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2018) mostra a evolução no número de estudantes de cursos de graduação presenciais com renda mensal familiar per capita de até 1 e meio salário mínimo que atingiu o percentual de 70,2%, em 2018 (ANDIFES, 2018).

De 2016 a 2020, 584 estudantes cotistas declararam renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita. Enquanto no mesmo período, foram concedidos 680 auxílios, distribuídos entre 377 estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, 303 estudantes receberam de forma cumulativa o auxílio moradia e o serviço de alimentação, enquanto 74 estudantes receberam exclusivamente o serviço alimentação.

A concessão de auxílios na UFV-CRP cumpre o objetivo de garantir condições para que o estudante beneficiado possa se dedicar à vida acadêmica, contudo o número de beneficiados é inferior ao número de estudantes ingressantes por meio das cotas que contemplam a vulnerabilidade econômica (renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita).

Mas, além dos indispensáveis auxílios pecuniários e serviços, a permanência qualificada dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica requer a valorização das diferentes dimensões da diversidade (SÁ, 2019; PAULA, 2017; JESUS, 2013; SANTOS, 2012).

O3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

O estudo de Magalhães et al. (2017) sobre a institucionalização da política de cotas nas universidades federais brasileiras demonstrou que apenas 20% das IFES possuem em sua estrutura setores com denominação que possa ser relacionada diretamente com o monitoramento e avaliação das políticas públicas de ações afirmativas (PPAA).

Buscando ampliar as possibilidades de implementação, monitoramento e avaliação das ações afirmativas na UFV-CRP, propõe-se a criação de uma unidade administrativa. Monitoramento, avaliação, produção de relatórios e divulgação de resultados, além da identificação de demandas são competências atribuídas a esta unidade.

Sugere-se que o (a) servidora (a) responsável pelas atividades seja designado (a) considerada a formação acadêmica e cargo na instituição, priorizando-se a formação acadêmica em administração e capacidade de gestão de projetos.

Quanto a nomenclatura sugere-se **Serviço de ações afirmativas e diversidade**, ligado a Divisão de Assuntos Comunitários. O serviço proposto visa cuidar de ações que favoreçam a "permanência qualificada" do beneficiário da ação afirmativa por meio da valorização das diferentes dimensões da diversidade e do apoio para garantir uma inclusão efetiva (JESUS, 2013).

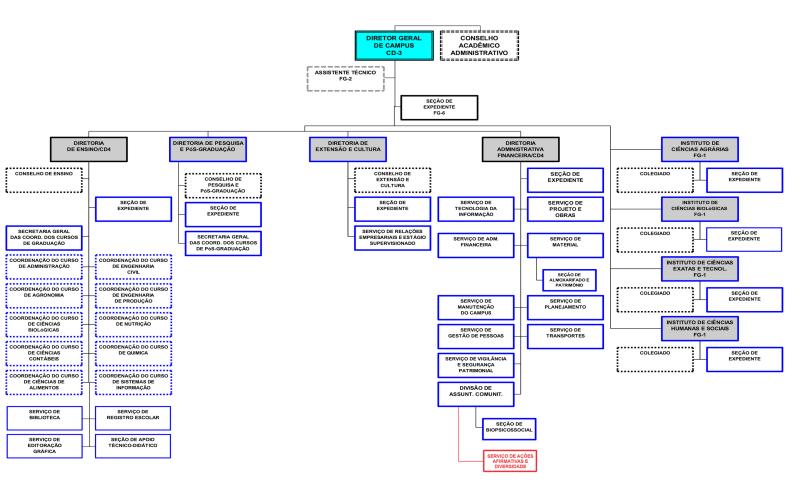
O3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A partir da análise de dispositivos normativos de universidades federais, nas quais existe uma estrutura administrativa com denominação que possa ser relacionada diretamente a gestão de ações afirmativas, sugere-se as seguintes atribuições ao Serviço de Ações Afirmativas e Diversidade:

- (i) Formular, acompanhar, avaliar e conduzir as ações afirmativas de inclusão, acessibilidade, valorização das diversidades e combate às múltiplas formas de violência no ambiente universitário:
- (ii) Propor diretrizes que permitam a transversalidade de questões relativas às diversidades e direitos humanos, tais como as de gênero, sexuais, étnico-raciais, socioeconômicas e acessibilidade às pessoas com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais;
- (iii) Realizar, promover, apoiar e divulgar a realização de eventos de interesse da comunidade universitária;
- (iv) Fomentar ações de ensino, pesquisa e extensão para o reconhecimento, a valorização e a efetiva inclusão acadêmica de saberes, fazeres, conhecimentos e manifestações culturais pertencentes às comunidades tradicionais, de modo integrado ao contexto universitário;
- (v) Auxiliar a implementação das comissões de verificação da autodeclaração nos diferentes processos seletivos e concursos públicos, garantindo, com medidas de acompanhamento, a efetivação da política afirmativa.

O3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Sugere-se que o Serviço de Ações Afirmativas e Diversidade seja lotado na Divisão de Assuntos Comunitários (DAC). A figura a seguir localiza o serviço proposto no organograma do campus.



Concluído em outubro de 2021. Relatório Técnico produzido a partir de Trabalho de Conclusão Final do Profiap.

Kerly Cristina de Oliveira Galvão Discente Profiap/UFV

kerly.oliveira@ufv.br

Rosiane Maria Lima Gonçalves
Docente Profiap/UFV

rosiane.goncalves@ufv.br

REFERÊNCIAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigente das Instituições Federais de Ensino Superior. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdfa. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRAZ, Laís Müller Napoleão; EURÍSTENES, Poema; FREITAS, Jefferson Belarmino de; SANTOS, Airton. Ações afirmativas e desempenho acadêmico: uma análise da Universidade Federal do Piauí. Rio de Janeiro: Gemaa/lesp/Uerj, 2019. p. 1-22. (Textos para Discussão, n. 20). Disponível em: http://gemaa.iesp.uerj.br/wpcontent/uploads/2019/12/TD-Desempenho-final.pdf. Acesso em: 07 de abr. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. O desafio da convivência: assessoria de diversidade e apoio aos cotistas (2004-2008). Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 33, n. 1, pág. 222-233, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100017. Acesso em: 30 de nov. 2020.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. A "lei do boi" como estratégia da burguesia rural: o caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1968-1985). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.j sf?popup=true&id_trabalho=2917980. Acesso em: 13 abr. 2021.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 301-315, ago. 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772017000200002. Acesso em: 24 mar. 2021.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 124, pág. 43-55, abr. 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000100004 . Acesso em: 26 nov. 2020.

SÁ, Thiago Antônio de Oliveira. Por que eles se vão? O abandono no ensino superior público pós-expansão do acesso. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11514. Acesso em: 02 de abr. 2021.

SANTOS, Clarissa Tagliari. Ações afirmativas no ensino superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na PUC-Rio. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 93, n. 235, p. 770-790, dez. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S2176-66812012000400012. Acesso em: 30 nov. 2020.